



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

MENSAGEM N.º 110 /2019

Veto nº 50

Manaus, 09 de setembro de 2019.

A Comissão Especial
em 13.9.2019

Senhor Presidente
Senhores Deputados

Presidente

Comunico a essa Augusta Assembleia Legislativa que, no uso da prerrogativa a mim deferida pelo artigo 36, §1.º da Constituição Estadual, decidi pela oposição de **VETO TOTAL**, em razão de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, ao Projeto de Lei que "**DECLARA** Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Amazonas o Morro da Boa Esperança no Município de São Gabriel da Cachoeira."

A Proposição, conforme demonstram as razões de ordem jurídica contidas no Parecer n.º 179/2019, aprovado pelo Subprocurador-Geral do Estado, documento que constitui parte integrante desta Mensagem e relevante subsídio à deliberação dos Senhores Deputados, viola a competência do Poder Executivo de promover a proteção do patrimônio cultural, material ou imaterial, mediante, entre outros, os institutos do tombamento e do registro, nos termos do artigo 216, § 1.º da Constituição Federal de 1988, bem como do Decreto-Lei n.º 25/37, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial, manifestado, inclusive, em diversas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Assim, nos termos constitucionais, submeto os motivos de veto total à apreciação dessa Casa Legislativa.

WILSON MIRANDA LIMA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Digníssimo Deputado **JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

PARECER Nº: 00179/2019

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2019.02.001407 -PA - PROCURADORIA
ADMINISTRATIVA/PGE - SAJ
INTERESSADO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**

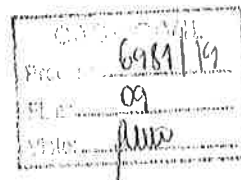
**PROJETO DE LEI. INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO.
DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA
IMATERIAL. INCONSTITUCIONALIDADE POR VÍCIO DE
INICIATIVA. RECOMENDAÇÃO DE VETO.**

- Projeto de lei que declara patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Amazonas o Morro da Boa Esperança, no Município de São Gabriel da Cachoeira.
- Lei que verse sobre a declaração de patrimônio cultural deve ser proposta exclusivamente pelo Chefe do Poder Executivo, em interpretação do art. 216, §1º, da Constituição Federal.
- Sugestão de veto na totalidade, por vício de iniciativa.

Senhor Procurador-Chefe,

Chega a esta Casa a Proposta Legislativa, de autoria do Deputado Sinésio Campos, no qual se pretende a declaração de "Patrimônio Cultural Imaterial o Morro da Boa Esperança no Município de São Gabriel da Cachoeira".

A proposta foi encaminhada com sua justificativa, na qual o Deputado narra que o referido morro encontra-se no centro da cidade de São Gabriel da Cachoeira, "possui várias trilhas, boa parte em mata primária, aberta e fechada, existe a presença de grutas e pequenas cavernas em torno do morro, como também várias nascentes, onde há, em algumas delas, a presença de camarões, favorecendo o reconhecimento do espaço



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

socioambiental."

Ao final, conclui ser "mister que o Morro da Boa Esperança seja registrado nos anais desta Casa Legislativa".

É o sucinto relatório.

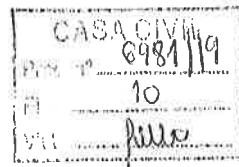
A defesa do patrimônio público cultural brasileiro, prevista no art 216, §1º, da Constituição Federal, é dever do Poder Público. É pacífico o entendimento de que a Carta Constitucional, nesse caso específico, ao estabelecer o vocábulo "Poder Público", referiu-se ao Poder Executivo, devendo toda e qualquer ação a esse respeito ser de sua competência privativa.

Trazemos a lição de José dos Santos Carvalho Filho¹ a respeito do Tombamento, ato de declaração do patrimônio público cultural, tanto material quanto imaterial:

"A questão que se põe, contudo, é a de saber qual o tipo de ato pelo qual o Poder Público decreta o tombamento. Parte da doutrina tem o entendimento de que a instituição tanto poder fixada por ato administrativo como por lei. Por essa corrente de pensamento, tanto é competência do Executivo como do Legislativo a instituição interventiva.

Essa, porém, não parece ser a melhor doutrina, apesar dos ilustres juristas que a defendem. O tombamento é ato tipicamente administrativo, através do qual o Poder Público, depois de concluir formalmente no sentido de que o bem integra o patrimônio público nacional, intervém na propriedade para protegê-lo de mutilações e destruições. Trata-se de atividade administrativa, e não legislativa. Além do mais, o tombamento só é definido após o processo administrativo no qual, frequentemente, há conflito de interesses entre o Estado e o particular. Resulta daí que o ato de tombamento é passível de exame quanto à legalidade de seus vários elementos, como o motivo, a finalidade, a forma, etc. Ora, a lei que decreta um tombamento não pressupõe qualquer procedimento prévio, de modo que fica trancada para o proprietário qualquer possibilidade de controle desse ato, o que seria absurdo mesmo diante da circunstância de

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, São Paulo: Atlas, 2018, p. 871



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

ser a lei, nesse caso, qualificada como lei de efeitos concretos, ou seja, a lei que, embora tenha a forma de lei, representa materialmente um mero ato administrativo".

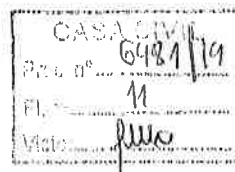
Assim, devendo o ato de declaração de patrimônio público de propriedade imaterial do Estado ser decorrente de procedimento prévio, no qual reste caracterizado que o aquele modo de criar, fazer e viver tenha referência à memória de diferentes grupos da sociedade brasileira, jamais poderá advir de Lei de iniciativa do Poder Legislativo, sob pena de vício de iniciativa na proposição legal.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre o tema, decidindo unanimemente pela inconstitucionalidade de lei que concretiza de forma direta o tombamento de bens. Confira-se a ementa do julgado:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DISTRITAL N. 1.713, DE 3 DE SETEMBRO DE 1.997. QUADRAS RESIDENCIAIS DO PLANO PILOTO DA ASA NORTE E DA ASA SUL. ADMINISTRAÇÃO POR PREFEITURAS OU ASSOCIAÇÕES DE MORADORES. TAXA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO. SUBDIVISÃO DO DISTRITO FEDERAL. FIXAÇÃO DE OBSTÁCULOS QUE DIFICULTEM O TRÂNSITO DE VEÍCULOS E PESSOAS. BEM DE USO COMUM. TOMBAMENTO. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO PARA ESTABELECEER AS RESTRIÇÕES DO DIREITO DE PROPRIEDADE. VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 2º, 32 E 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. [...] **5. O tombamento é constituído mediante ato do Poder Executivo que estabelece o alcance da limitação ao direito de propriedade. Incompetência do Poder Legislativo no que toca a essas restrições, pena de violação ao disposto no artigo 2º da Constituição do Brasil.** [...] 7. Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 1.713/97 do Distrito Federal (ADI 1706, Rel. Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 09/04/2008, DJe-172 Divulg 11-09-2008 Public 12-09-2008 Ement VOL-02332-01 PP-00007)

Esse entedimento já foi esposado por esta Procuradoria Administrativa diversas vezes, destacando a signatária, nesse momento, o Parecer n. 778/2018 – PA/PGE, de lavra do Exmo. Procurador do Estado Fabiano Buriol, que restou assim ementado:

PROJETO DE LEI. INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL. INCONSTITUCIONALIDADE POR VÍCIO DE INICIATIVA. RECOMENDAÇÃO DE VETO.

1. A proteção do patrimônio cultural, material ou imaterial, através dos institutos previstos no § 1º do art. 216 da CF/88, é matéria da competência privativa do Poder Executivo, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial, manifestado inclusive em diversas decisões do Supremo Tribunal Federal;
2. A Constituição do Estado do Amazonas segue as linhas traçadas pela Constituição Federal, e a legislação infraconstitucional estadual, especialmente o Decreto n.º 29.544/2010, segue no mesmo sentido da competência do Poder Executivo;
3. Recomendação de veto ao projeto de lei por vício de iniciativa e por ausência de manifestação técnica da Secretaria de Estado de Cultura acerca do valor cultural.

Naquela manifestação, o parecerista fez menção ao Decreto n. 29.544/2010, que "institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que compõem o patrimônio cultural do Estado do Amazonas", na qual se estabelece que a proposta por registro deve ser dirigida ao Secretário de Estado da Cultura, "que após instrução técnica e análise, as submeterá ao Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado".

Como se vê, toda a instrução e declaração de propriedade imaterial do estado passam, necessariamente, por atos do poder executivo, sendo portanto ele o detentor privativo da iniciativa para deflagrar o processo legislativo de lei que verse sobre essa matéria.

Nessa toada, verificamos que a proposta legislativa em comento não realizou qualquer estudo prévio que demonstre que o local que se pretende tornar patrimônio público imaterial represente memória regional paisagística ou se concentre prática cultural coletiva, na forma do art. 1º, III, do Decreto n. 29.544/2010, onde há o livro específico para o registro do bem cultura (Livro dos Lugares). E não realizou esse procedimento por uma razão bem simples: não se faz necessário o estudo prévio para proposição legislativa porque a lei não é mecanismo correto para a declaração de patrimônio cultural.

Ante o exposto, sem embargo da nobreza do escopo do projeto de lei, analisando juridicamente seus dispositivos, **recomenda-se o veto à totalidade do**



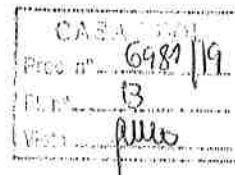
Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

Projeto de Lei Ordinária n. 301/2019, em razão do vício de iniciativa, tornando-o inconstitucional, haja vista a necessidade de processo administrativo em órgão competente pertencente ao Poder Executivo para exercer as formalidades indispensáveis à existência do ato administrativo de declaração de patrimônio cultural.

É o parecer. À consideração superior de Vossa Senhoria.

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PA/PGE em Manaus, 26 de agosto de 2019.

PATRÍCIA PETRUCCELLI MARINHO
Procuradora do Estado do Amazonas



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

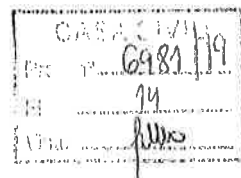
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2019.02.001407
INTERESSADO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
AMAZONAS

Acolho o parecer prolatado, pelos fundamentos fáticos e jurídicos nele aduzidos.

Dessa forma, remetam-se os autos à gabinete do Procurador-geral do Estado para deliberação final.

Manaus, 26 de agosto de 2019.

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador do Estado
Procurador-chefe da Procuradoria administrativa



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

PROCESSO N. 2019.02.001407-SAJ/PGE.

INTERESSADOS: Casa Civil e ALEAM.

ASSUNTO: Consulta. Projeto de Lei que declara patrimônio cultural imaterial do Estado do Amazonas o Morro da Boa Esperança do Município de São Gabriel da Cachoeira.

D E S P A C H O

Com fundamento no disposto na Portaria n. 016/19-GPGE, que delega competência ao Subprocurador-Geral do Estado, **APROVO** o Parecer n. 179/2019-PA/PGE, da Procuradora do Estado Patrícia Petrucelli Marinho, acolhido pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa, Giordano Bruno Costa da Cruz.

DEVOLVAM-SE os autos do Processo n. 01.01.011101.00006981.2019 à Casa Civil, devidamente instruído com cópia do aludido Parecer, **ADVERTINDO-SE** que a manifestação deste Órgão Superior do Sistema de Apoio Jurídico estadual se faz em estrita análise técnico-jurídica, cabendo, por óbvio, ao Exmo. Sr. Governador do Estado a apreciação do aspecto político da propositura legislativa.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DO ESTADO, Manaus, 28 de agosto de 2019.

VICTOR FABIAN SOARES CIPRIANO
Subprocurador-Geral do Estado



MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO
Secretário de Estado de Cultura